

Ministros preferem salário de deputado

Brasília — Os Ministros Afonso Camargo (Transportes), Marco Maciel (Educação), Pedro Simon (Agricultura), Fernando Lyra (Justiça), Carlos Santanna (Saúde) e Paulo Lustosa (Desburocratização) não querem receber os vencimentos — Cr\$ 5 milhões — a que têm direito como membros do Poder Executivo: preferem continuar recebendo os Cr\$ 13 milhões a que se consideram titulados como senadores e deputados.

Por isso, vários deles já requereram aos presidentes do Senado José Fragelli, e da Câmara, Ulysses Guimarães, a opção pelos vencimentos que agora estão sendo pagos aos seus suplentes. “Como você vê, tenho mais um abacaxi para arranhar minha mão”, disse o Senador José Fragelli, em conversa no seu gabinete com o líder do PDT, Roberto Saturnino (RJ). Ele está conversando com todos os líderes a fim de saber o que fazer.

Fragelli só quer tomar uma decisão depois que Ulysses o fizer, a fim de que não haja discrepâncias entre os atos de uma casa e outra. Um estudo em mãos do presidente da Câmara sugere que a praxe, no Poder Legislativo, é pagar subsídios aos parlamentares que vão ser Ministros. Se a decisão se apoiar nesse estudo, os seis Ministros de Estado provenientes do Congresso receberão um vencimento assim calculado: Cr\$ 1 milhão 429 mil fixos, mais Cr\$ 1 milhão 780 mil variáveis, mais Cr\$ 59 mil por cada sessão, (normalmente 80 por mês), mais Cr\$ 3 milhões para passagens aéreas, mais Cr\$ 2 milhões para combustível. Total: cerca de Cr\$ 12 milhões 929 mil.

Como os Ministros vão receber subsídios por comparecimento a sessões, se eles não estão no exercício do mandato, mas sim seus suplentes? Fragelli disse que também não entende. Em sua opinião, ao fazerem essa opção pelos vencimentos do Congresso, os Ministros só devem receber a parte fixa dos subsídios, excluindo-se dessa parte os montantes para combustível, passagens aéreas e sobretudo os jetons por comparecimento a sessões.

O primeiro problema apresentado por esses parlamentares, quando foram convidados para o ministério, foi que desejavam ficar nos apartamentos funcionais pertencentes à Câmara e Senado. Com isso, seus suplentes tiveram que ser alojados em hotéis. Esse fato apressou a decisão de Fragelli (ele também não queria se mudar) de ocupar a mansão a que ele tem direito como presidente do Senado, na Península dos Ministros, a fim de desocupar seu apartamento.

O presidente do Senado se mudará para a mansão depois da Páscoa e, com base em cálculos de sua mulher, já constatou que a verba de Cr\$ 3 milhões que o Legislativo lhe concede para administrar a casa não é suficiente. “Eu sou um homem de alguma posse e por isso vou colocar mais Cr\$ 2 milhões mensalmente para os serviços de administração da casa”, explicou o parlamentar, disposto a abrir suas portas, sempre que necessário, para reuniões sociais.

TERESA CARDOSO